



Comitê Nacional  
em Defesa das  
Empresas Públicas

Defender as empresas  
públicas é defender o Brasil



**É preciso lutar, é possível vencer!**

*Se não fosse a grande mobilização de entidades e seus trabalhadores representados, o PLS 555,*

*o Estatuto das Estatais, teria sido aprovado na íntegra pelo Senado.*

*Com a união das centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos e a coordenação do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas (cujo logotipo está sendo inaugurado nesta edição), foi possível ampliar a pressão e os esclarecimentos sobre os riscos do projeto privatizante, além da construção de texto alternativo dos senadores aliados e a entrada do governo nas negociações. Com isso, após adiamento por cinco vezes, o PLS foi votado e passou no Senado, mas com mudanças significativas, como o fim da obrigatoriedade das estatais se tornarem sociedades anônimas, entre outros itens. "Tiramos leite de pedra e, agora, vamos para a batalha na Câmara dos Deputados", avisa a coordenadora do comitê nacional, Maria Rita Serrano (foto).*



**Confira  
nessa  
edição:**

✓ **Avaliação dos representantes que integram o comitê**

✓ **Ações em andamento para fortalecer e ampliar a mobilização pelo Brasil**



# Saldo positivo e a certeza de muita mobilização pela frente

*União e organização garantiram avanços, avaliam representantes de entidades que integram o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas*

## Resposta para a categoria

*“Para o pessoal da Caixa, o que alcançamos no PLS 555 representou uma vitória, já que tiramos a ameaça de transformar a Caixa em S.A. É uma resposta para a categoria que vem se mobilizando intensamente”.*



Jair Pedro Ferreira, presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae)

## Mudar e evitar retrocessos

*“Sob o manto do rigor o que se busca é criar embaraços e impedir o funcionamento das estatais. A luta tem que continuar para corrigir outros itens na Câmara e evitar retrocessos nos avanços já conquistados no Senado”.*



João Antônio de Moraes, secretário de Relações Internacionais e Movimentos Sociais da Federação Única dos Petroleiros (FUP)

## Uma luta de muitos

*“O Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas mostrou-se ferramenta fundamental nesta resistência. Queremos enaltecer nossas federações e sindicatos e nossa dirigente Rita Serrano. Foi uma luta de muitos e muito ainda precisa ser defendido”.*



Roberto von der Osten (Betão), presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf—CUT)

## Em defesa do Brasil

*“Sem esse movimento, que reuniu entidades de todo o Brasil, o projeto, voltado à privatização, teria sido aprovado sem qualquer alteração. As entidades cutistas mais uma vez estarão presentes em defesa do Brasil e do patrimônio*



*dos brasileiros”.*

Vagner Freitas, presidente da Central Única dos Trabalhadores

## Seguir e manter a unidade

*“Foi importante a resistência do movimento dos trabalhadores; garantiu avanços, e agora é seguir em frente, mantendo a unidade de todas as centrais e entidades que participaram desse processo”.*

Emanuel Souza – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)



## Batalha tem que continuar

*“O trabalho do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas foi fundamental para minorar os danos causados pelo projeto original do senador Tasso Jereissati. E essa batalha tem que continuar na Câmara dos Deputados”.*

Willian Roberto Louzada - União Geral dos Trabalhadores (UGT)



## Traçar novas estratégias

*“Mesmo que o projeto não tenha sido aprovado na íntegra torna-se danoso. Faltou mais mobilização, o que daria respaldo maior para o comitê, que cumpriu um papel muito importante. Por isso, devemos traçar desde já novas estratégias”.*

Geraldinho (Geraldo Rodrigues) – Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas)



## Trabalho do comitê foi fundamental

*“O Comitê desenvolveu um trabalho fundamental, não só aglutinando as entidades como na mobilização. Não vencemos a*



*guerra, mas ganhamos uma batalha importante. Pode ter sido uma vitória parcial, mas nem por isso deixa de ser uma vitória”.*

Rita Lima - Intersindical

## Capitalizar essa vitória

*“Vitória parcial no Senado...a Luta continua na Câmara Federal. Considerando a atual correlação de forças em que se se deu o debate, temos, agora, de capitalizar essa vitória parcial e nos mobilizarmos para o grande enfrentamento na Câmara”.*

Pedro Armengol – Central Única dos Trabalhadores (Servidores Públicos)



## Estatais:

### desenvolvimento com justiça social

*“O processo de desenvolvimento econômico do Brasil tem nas empresas públicas uma ferramenta e suporte imprescindíveis. Por isso a luta contra o PLS 555/2015 deve estar no centro das atividades do movimento sindical”.*

Sebastiao Soares, diretor nacional de formação sindical da Nova Central e secretário-geral da Federação Nacional das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos (Fnespf)



### Votação teve vitória, mas luta continua

*“A votação do PLS 555 reforça a importância da mobilização da CUT para aglutinar vários setores da sociedade contra os efeitos nefastos desse projeto, que a partir de agora seguirá à Câmara dos Deputados. Temos de estar presentes e pressionando. A luta continua!”*

Sérgio Nobre, secretário-geral nacional da Central Única dos trabalhadores



## Entidades e trabalhadores garantiram avanços no Senado; agora é reforçar trabalho para votação na Câmara

*Enfrentamento envolveu vários setores da sociedade, movimentos social e sindical e parlamentares*

A aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 555, o chamado Estatuto das Estatais, na noite de 15 de março passado encerrou um capítulo e abriu nova frente de luta no combate ao projeto privatista, agora no âmbito da Câmara dos Deputados. Após uma mobilização histórica, iniciada em meados do ano passado e que se estendeu por todo o Brasil, o texto substitutivo aprovado no Senado trouxe avanços fundamentais conquistados por esse enfrentamento, que envolveu vários setores da sociedade, em especial os movimentos sindical e social e as muitas categorias de trabalhadores e segmentos por eles representados.

Entre as conquistas destacadas estão a retirada da obrigatoriedade de as empresas se tornarem sociedades anônimas; o fim da exigência de as empresas não terem mais ações preferenciais e a aprovação de que o Estatuto das Estatais só será obrigatório para as empresas que tenham mais de R\$ 90 milhões de receita operacional bruta, o que deixa de fora a maioria das estatais, com menor porte. “Tiramos leite de pedra”, avalia a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Maria Rita Serrano, que também é representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa e dirigente sindical na Contraf-CUT e Sindicato dos Bancários do ABC.

“Prosseguimos com a batalha do PLS 555 na Câmara dos Deputados e vamos ampliar nossas iniciativas para defender todas as empresas estatais, que são patrimônio do povo”, afirma, lembrando que há outras ‘pautas-bomba’ que representam ameaças, como por exemplo o projeto que tira da Petrobras a autonomia de operação do pré-sal e já foi aprovado no Senado, e o da terceirização.

“Se não fosse a nossa mobilização, nosso corpo-a-corpo com os parlamentares, que por cinco vezes conseguiu adiar a votação, dando tempo para elaboração do substitutivo, não teríamos conseguido nenhum avanço. Foram muitas as dificuldades, como a minoria que nos apoiava no Senado, a correlação de forças numa conjuntura ruim, com o governo fragilizado e sofrendo ataques diários pela mídia. A atuação conjunta das centrais e entidades resultou numa rara união de forças, levou o governo a entrar na negociação, e, embora o resultado não seja o ideal, representa sem dúvida uma vitória no momento atual. Acho importante que essa vitória ocorra num momento em que há tantos empecilhos para se combater a agenda neoliberal em curso. Nós, que defendemos o patrimônio público do Brasil para os brasileiros, também defendemos a democracia”, avisa Rita.

**Agradecimento a entidades e parlamentares**

- As seis centrais que integram a Coordenação

Executiva do comitê são a CUT, Intersindical, CSP-Conlutas, UGT, Nova Central e CTB. Entre as federações, Fena e FUP; nas confederações, a Contraf-CUT. As bancadas que se destacaram na luta contra o projeto privatista foram as do PT, PDT, PCdoB, Rede e parte do PMDB, com liderança do senador Roberto Requião. “Nós estamos todos de parabéns, e o comitê agradece o empenho das entidades, parlamentares, assessorias e equipes envolvidas. E nossa luta continua”, afirma Rita Serrano. A redação final do texto aprovado no Senado será disponibilizada no [www.diganaoao-pls555.com.br](http://www.diganaoao-pls555.com.br)



**Em sentido horário: Encontro com os ministros Ricardo Berzoini e Jaques Vagner; em Seminário com a presença do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e com os representantes das Centrais Sindicais que integram o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e o senador Paulo Paim (PT-RS), ao centro**

### Principais itens de avanço no Senado

*Retirada da obrigatoriedade de as empresas se tornarem sociedades anônimas*

*Fim da exigência de as empresas não terem mais ações preferenciais*

*O Estatuto das Estatais só será obrigatório para empresas que tenham mais de R\$ 90 milhões de receita operacional bruta (o que deixa de fora a maioria das estatais, com menor porte)*

*Suprimida a obrigatoriedade de ressarcimento, por parte do governo, de custos com políticas públicas (ações da empresa fora da sua atividade econômica)*

*Exigência de que as empresas comercializem no mercado 25% de suas ações passou a ser válida somente para as listadas na Bolsa de Valores*

### Principais itens a avançar na Câmara dos Deputados

*Restrição à participação nos conselhos de administração e diretorias – que atinge trabalhadores e os que ocupam cargos de ministros e secretários de Estado;*

*Exigência de que 25% dos membros do conselho de administração sejam independentes*



## Orientações para o próximo período

- Organize debates em sua categoria e com a sociedade sobre o Estatuto das Estatais e demais pautas-bomba que tramitam no Congresso;
- Nestes encontros, promova a defesa da democracia, ponto de partida para os direitos dos trabalhadores;
- Use a rede social para divulgar esses projetos, materiais, boletins, encontros etc
- Organize seminários em sua base para discutir os temas
- Acesse o site [www.diganaoapls.com.br](http://www.diganaoapls.com.br) e o facebook [www.facebook.com/diganaoapls555/](http://www.facebook.com/diganaoapls555/)
- A criação dos comitês estaduais é uma estratégia importante. Já são três os que estão atuando, em São Paulo, Minas Gerais e Paraná (contatos no site do PLS)
- Procure os deputados estaduais, federais, prefeitos e demais autoridades de sua região para esclarecer sobre os riscos do Estatuto das Estatais
- Participe das atividades na Câmara dos Deputados para pressionar os parlamentares
- Na mensagem aos deputados federais, a orientação é que seja enviada a frase:

“Como nosso representante eleito por voto popular, pedimos que vote contra o Estatuto das Estatais. Honre o voto recebido nas eleições e seja contrário a esse projeto que é uma afronta aos interesses nacionais”. No assunto escreva **#NãoAoPLS555**, que é também a hashtag utilizada nessa luta.

- Outra frente de atuação é o site da Câmara dos Deputados

(<http://www2.camara.leg.br/>).

No canto superior direito há o link Participe, com canais para contato com os parlamentares, como o <http://www2.camara.leg.br/participe/fale-conosco/fale-com-o-deputado>



**Mobilização no Senado e reunião com o ministro do Planejamento, Nélson Barbosa; o presidente da Fena, Jair Pedro Ferreira, e a coordenadora do comitê Rita Serrano**



## EXPEDIENTE

Jornal produzido pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. O comitê tem caráter organizativo e é composto pelas centrais sindicais CUT, Nova Central, CSP-Conlutas, Intersindical, UGT e CTB, com apoio da Fena, FUP e outras entidades representativas dos movimentos social e sindical.

**Coordenação do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas:** *Maria Rita Serrano*

**Assessoria de Imprensa do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e jornalista responsável por esta edição:** *Maria Angélica Ferrasoli (MTb.: 17.299)*

**Editoração eletrônica:** *Irivaldo Tadeu Cristofali*

**Logo do Comitê:** *Lisarb Sena de Mello*

**Contatos:** *impresacom@r7.com*

(\*) as declarações na página 2 podem ser lidas na íntegra no site [www.diganaoapls555.com.br](http://www.diganaoapls555.com.br)

(\*\*) as imagens desta edição foram cedidas por integrantes do movimento e entidades participantes

## Encontro Nacional deve acontecer em maio

*Um encontro nacional para a defesa das empresas públicas deve ocorrer no final de maio no Rio de Janeiro.*

*Mais informações serão divulgadas no site [www.diganaoapls555.com.br](http://www.diganaoapls555.com.br)*